

abpi.empauta.com

Associação Brasileira da Propriedade Intelectual
Clipping da imprensa

Brasília, 17 de abril de 2023 às 07h52
Seleção de Notícias

Estadão.com.br - Últimas Notícias | BR

Direitos Autorais

Inteligência artificial como ChatGPT: há razões para temer futuro distópico?	4
---	----------

BRUNO ROMANI

Direitos Autorais

Desinformação e ataques contra mulheres: veja seis limites éticos rompidos pela IA	7
---	----------

Propriedade Intelectual

Regular o financiamento privado no mercado audiovisual: uma questão de subsistência da criatividade	10
--	-----------

REDAÇÃO

O Globo Online | BR

Direitos Autorais

Seara acusa Perdigão de 'plágio' em propaganda de mortadela, e Conar pede alteração	12
--	-----------

RODRIGO CASTRO

R7 | BR

Marco regulatório | INPI

Conteúdos criados por inteligência artificial generativa: a quem pertencem os direitos?	13
--	-----------

BOL - Notícias | BR

15 de abril de 2023 | Patentes

Projeto maluco, plágio de Senna e briga com montadoras: o segredo da Gurgel	16
--	-----------

Consultor Jurídico | BR

Direitos Autorais

Paulo Vidigal: Política de uso do ChatGPT na empresa	18
---	-----------

CONSULTOR JURÍDICO

Monitor Mercantil Digital online | RJ

15 de abril de 2023 | Marco regulatório | INPI

INPI apura R\$ 664,6 milhões em 2022	20
---	-----------

Marco regulatório | INPI

TRF-1 nega extensão de patente a laboratórios multinacionais	21
---	-----------

Propriedade Intelectual

Monitor Mercantil	22
--------------------------------	-----------

MONITOR MERCANTIL

Defesa - Agência de Notícias | BR

Direitos Autorais

GPT-4, da inovação à cautela: três pontos de atenção e riscos legais com o uso da ferramenta - Defesa	23
---	----

Migalhas | BR

Direitos Autorais

A necessária regulação das plataformas para coibir o ataque às escolas	26
--	----

Marco regulatório | INPI

MIGALHAS nº 5.582	28
-------------------------	----

AMANHECIDAS

Teletime News | SP

Direitos Autorais

Para especialistas, Convenção de Budapeste traz desafios para ordenamento jurídico brasileiro .	35
---	----

Inteligência artificial como ChatGPT: há razões para temer futuro distópico?

Em seis meses, o ChatGPT passou de "serviço mais empolgante da **internet**" para "a trombeta que anuncia o apocalipse tecnológico". A sagacidade com as palavras exibida pela ferramenta da OpenAI jogou luz sobre todo o campo da inteligência artificial (IA), mas também passou a gerar temores que pareciam reservados aos grandes clichês da ficção científica. Para muita gente, a questão do momento é: será que devemos ter medo da inteligência artificial?

A resposta não é tão simples. Talvez, o futuro distópico imaginado por filmes como "O Exterminador do Futuro" e "Matrix", de máquinas autoconscientes, fique confinado às telas do cinema - ainda bem. Mas isso não significa que o desenvolvimento e os usos atuais da tecnologia não sejam problemáticos.

Para deixar a discussão ainda mais turva, há duas semanas uma carta de notáveis, incluindo o bilionário Elon Musk, o antropólogo Yuval Noah Harari e o pioneiro em IA Yoshua Bengio, pediu uma pausa de seis meses no desenvolvimento de IA. Entre as afirmações do documento estão a de que "laboratórios de IA estão presos em uma corrida fora de controle para desenvolver e implementar mentes digitais superpoderosas que ninguém - nem mesmo seus criadores - podem entender, prever ou controlar de forma confiável". Mais de 24 mil pessoas já assinaram o documento.

Também não ajuda o fato de que Sam Altman, fundador da OpenAI, repete constantemente seu desejo de construir uma inteligência artificial geral (AGI, na sigla em inglês) - um sistema com capacidade sobre-humana em múltiplas tarefas, algo que não existe no mundo real, mas que é retratado com frequência na ficção. A OpenAI publicou em seu site um documento no qual discute a preparação necessária para o desenvolvimento de uma AGI.

Já Geoffrey Hinton, autor de AlexNet, artigo de 2012

fundamental para a atual revolução da IA, disse em entrevista à CBS News que, antes do ChatGPT, acreditava que uma AGI seria possível entre 20 e 50 anos, mas que sua estimativa agora tinha caído para menos de 20 anos. Perguntado se acreditava que a IA pode dizimar a humanidade, ele disse: "Não é inconcebível. Isso é tudo o que vou dizer".

Continua após a publicidade

Outros dois fatores acenderam a luz amarela em relação à capacidade dos sistemas de IA. "O temor surgiu porque a tecnologia caminha para dominar aquilo que a gente achava que pertencia ao ser humano: a linguagem", diz ao Estadão Luis Lamb, professor da Universidade Federal do Rio Grande do Sul (UFRGS).

Isso se soma ao fato de que as pessoas costumam projetar qualidades humanas a elementos não-humanos, como objetos e animais. A tendência, chamada antropomorfismo, passou a enxergar no ChatGPT um ser pensante, ainda que a ferramenta seja apenas um modelo matemático probabilístico para gerar palavras - especialistas acreditam que o antropomorfismo acaba alimentando o medo irracional.

"A carta 'anti-IA' gera mais debate alarmista do que discussões responsáveis sobre o tema", afirma Tarcizio Silva, especialista em ética e IA da Fundação Mozilla.

A carta 'anti-IA' gera mais debate alarmista do que discussões responsáveis sobre o tema Tarcizio Silva, especialista em ética e IA da Fundação Mozilla

Superinteligência é ficção

De fato, embora uma parcela de pesquisadores de IA tenha assinado a carta - alimentando o medo sobre a

Continuação: Inteligência artificial como ChatGPT: há razões para temer futuro distópico?

tecnologia -, outra parcela vem se dedicando a apagar a fogueira. "Nós dramaticamente superestimamos a ameaça de uma tomada de controle acidental por uma IA, porque tendemos a confundir inteligência com a necessidade de atingir dominação", escreveram na Scientific American Anthony Zador, neurocientista do laboratório Cold Spring Harbor, e Yann LeCun, pioneiro da IA e ganhador do Prêmio Turing de 2018 (principal prêmio da computação).

"Em IA, inteligência e sobrevivência estão separados, então a inteligência pode servir a quaisquer objetivos que a gente determina", completam. LeCun, por exemplo, afirma que máquinas superinteligentes não são apenas uma realidade distante, como sempre serão desenvolvidas para servir humanos.

Continua após a publicidade

Desde início um crítico do ChatGPT (por considerar que a ferramenta não faz nada inovador), LeCun afirmou em um debate pelo Facebook: "No improvável cenário de que isso fracasse, existe uma lista de soluções para nos proteger de uma catástrofe", diz. Ele, por exemplo, diz que é possível ter sistemas de neutralização de máquinas que saiam do controle. Ainda assim, ele compara esse tipo de debate com filosofar sobre o sexo dos anjos.

Mais pé no chão ainda é Timnit Gebru, especialista em ética e IA, que foi mandada embora do Google em 2020 após questionar as práticas da empresa. No ano seguinte, ela publicou um estudo considerado fundamental, chamado "Papagaios Estocásticos". Nele, ela tenta desmistificar a capacidade de modelos amplos de linguagem (como o GPT) e aponta para os problemas que causam na sociedade. A carta "anti-IA" citou o estudo, o que enfureceu sua autora.

Em nota, o instituto fundado por ela (Distributed Artificial Intelligence Research Institute, ou DAIR) escreveu: "A linguagem da carta infla a capacidade de sistemas autônomos e os antropomorfiza, con-

fundindo as pessoas sobre a existência de um ser consciente por trás de mídia sintética. Isso não apenas convence as pessoas a confiar de forma acrítica o conteúdo de sistemas como o ChatGPT, como atribui erroneamente a atuação. A responsabilidade não está com os objetos, mas sim seus criadores".

Emily Bender, professora da Universidade de Washington e coautora do estudo, afirmou em seu Twitter: "Nenhum laboratório de IA já desenvolveu ou está no processo de desenvolver uma mente digital".

As verdadeiras ameaças da inteligência artificial

Embora os perigos de seres sintéticos sejam bastante improváveis, isso não significa que sistemas de IA não possam causar problemas importantes no curtíssimo prazo. Um estudo recente do Goldman Sachs estima que 300 milhões de empregos no mundo serão afetados pela IA - e dezenas de milhões de pessoas serão expulsas do mercado de trabalho.

Continua após a publicidade

Já a Europol publicou um relatório no qual afirma que sistemas de IA poderão ser usados para crimes como fraude, golpes, violações digitais e ciberataques. Ou seja, não é necessário que IAs sejam conscientes para alterarem o mundo, mas o uso que humanos fazem disso geram riscos para o bem-estar global.

"As atuais tecnologias de IA buscam escala e isso está ligado à concentração econômica, que não leva em consideração o papel social das empresas. A eliminação de empregos em escala não é apenas ruim pela perda de postos de trabalho, mas também por colocar mais atribuições ao consumidor", explica Silva, da Mozilla.

Outros problemas gerados por sistemas de IA são exploração de trabalhadores e roubo de dados na criação de sistemas, discriminação por algoritmos, violação de **direitos** autorais, proliferação de de-

Continuação: Inteligência artificial como ChatGPT: há razões para temer futuro distópico?

sinformação, perda de privacidade e armas automatizadas de guerra. Tudo isso é desenvolvido de forma concentrada.

"O que me preocupa é que essa tecnologia é dominada por poucas empresas. Quem dominá-la terá uma importância econômica significativa. E o Brasil não acordou para isso", argumenta Lamb, da UFRGS.

Junto com o domínio desses sistemas, há também a preocupação com a falta de transparência no desenvolvimento. Empresas como a OpenAI e o Google não abrem os detalhes ou revelam os dados usados no treinamento dos seus sistemas de IA.

"Precisamos de regulação que reforce a transparência. Não apenas deveria apenas ficar claro quando encontramos mídia sintética, mas as organizações criando esses sistemas deveriam ter que documentar e revelar seus dados de treinamento e suas arquiteturas de modelos", diz a nota do DAIR. "O ônus de criar ferramentas seguras deveria estar com as companhias que constroem e aplicam esses sistemas".

Continua após a publicidade

Precisamos de regulação que reforce a transparência. Não apenas deveria apenas ficar claro quando encontramos mídia sintética, mas as organizações

criando esses sistemas deveriam ter que documentar e revelar seus dados de treinamento e suas arquiteturas de modelos Distributed Artificial Intelligence Research Institute

Assim, o caminho por regulação começa a se formar em diferentes países. Europa, Brasil e até os Estados Unidos - que normalmente ignoram controles sobre a tecnologia - estão debatendo formas de regular a IA, enquanto ela se desenvolve. Segundo um estudo da Universidade Stanford, 37 legislações em 127 países envolvendo os termos "inteligência artificial" foram identificados no ano passado - em 2016, só havia uma.

O desafio de especialistas e autoridades é acompanhar a tecnologia com a mesma velocidade do desenvolvimento sem cair em discursos alarmistas.

Em um artigo para a revista Wired, Sasha Luccioni, pesquisadora da startup de IA Hugging Face, resumiu o atual status da tecnologia, ajudando a direcionar quais medos devem ser levados a sério: "Não é tarde para mudar a narrativa da superIA, para começar a questionar as capacidades e limitações desses sistemas e nem para exigir responsabilidade e transparência".

O futuro distópico, ao menos ainda, não chegou.

Desinformação e ataques contra mulheres: veja seis limites éticos rompidos pela IA

O ChatGPT, da OpenAI, colocou nos holofotes a capacidade de sistemas de inteligência artificial (IA). Embora o potencial da tecnologia seja grande, ela vem causando preocupações sobre futuros distópicos, tantas vezes retratados na ficção científica.

Ainda que a possibilidade de sistemas autônomos controlarem a humanidade seja baixa, a IA já ultrapassa limites éticos da sociedade. Segundo um estudo da Universidade Stanford, o número de incidentes e controvérsias envolvendo IA cresceu 26 vezes desde 2012, o ano que marca o começo da nova era da IA. Em 2021, foram 260 casos, segundo a pesquisa.

O caso mais recente envolve sistemas capazes de gerar imagens, como a do Papa Francisco usando o casaco 'hip-hop' branco. Além disso, modelos de IA podem também disseminar ódio na internet, espalhar informações falsas e até escanear expressões faciais. Confira abaixo seis limites éticos já rompidos pela IA.

Imagens e vídeos falsos

Já faz alguns anos que os deep fakes (vídeos falsos gerados por IA) assustam o ambiente digital - algo que só tem aumentado devido à sofisticação e acesso aos sistemas. Em março do ano passado, um suposto vídeo do presidente da Ucrânia, Volodimir Zelenski, dizendo para os soldados ucranianos se renderem às tropas russas circulava no Facebook. Posteriormente, foi revelado que o presidente ucraniano foi vítima de um deep fake.

Um dos casos mais chocantes envolvendo vídeos falsos foi o da streamer e gamer QTCinderella, conhecida por fazer transmissão de suas jogatinas na plataforma Twitch, que teve suas imagens manipuladas e transformadas em pornografia. As supostas imagens íntimas da jogadora foram virais

na internet e simbolizam como essa tecnologia vem sendo usada contra mulheres.

Continua após a publicidade

A partir de abril do ano passado, surgiram IAs especializadas em criar fotos a partir de comandos de texto, como DALL-E 2, Stable Diffusion e Midjourney. São esses sistemas que recentemente envolveram o ex-presidente dos EUA, Donald Trump, e o Papa Francisco, em que internautas usaram o programa Midjourney para criar imagens falsas das duas personalidades - o que deixou claro o potencial para gerar desinformação.

Na situação de Trump, foram criadas imagens em que ele aparece sendo contido por policiais de forma violenta. Já no caso do pontífice, a imagem mostra ele usando um casaco branco estiloso. As duas imagens enganaram muitas pessoas por parecerem verdadeiras, quando na realidade não eram.

Há ainda casos muito chocantes. No final do ano passado, um homem foi preso na Espanha após ter criado imagens de pornografia infantil com inteligência artificial. O homem usava a tecnologia para gerar os arquivos desde 2011.

Making pictures of Trump getting arrested while waiting for Trump's arrest. - Eliot Higgins (@EliotHiggins) March 20, 2023

A Inteligência Artificial de imagens tá evoluindo
ABSURDAMENTE

Um monte de perfis e portais de notícia tão viralizando essa "foto" do Papa Francisco como algo real, e de fato, se não fosse a mão e o crucifixo, seria MUITO DIFÍCIL distinguir se é IA ou real

Mas sim, é fake - Papos (@paposfut) March 25, 2023

Continuação: Desinformação e ataques contra mulheres: veja seis limites éticos rompidos pela IA

Violência contra humanos

O escritor de ficção científica Isaac Asimov explorou a ideia de que sistemas autônomos deve "leis". Assim, ele propôs as "três leis da robótica", sendo a primeira delas a de que "Um robô não pode ferir um ser humano ou, por omissão, permitir que um ser humano sofra algum mal". Mesmo parecendo ser algo óbvio, a inteligência artificial já violou isso.

Continua após a publicidade

Em 2016, a Microsoft criou a robô Tay que interagiu nas redes sociais como se fosse uma adolescente comum. O objetivo de sua criação era ser um "experimento e conduzir pesquisas sobre a compreensão das conversas", mas o projeto não correu como esperado.

Pouco tempo depois de sua criação, a robô começou a fazer publicações com discursos de ódio, inclusive com declarações nazistas e atacando verbalmente outros usuários, incitando a violência contra humanos.

Outro caso que colocou a integridade física humana ocorreu em 2018, nos EUA. Naquele ano, um carro autônomo do Uber se envolveu em um acidente de trânsito, atropelando e matando uma pedestre. O incidente foi alvo de críticas e discussões sobre a ética da tecnologia, pois o sistema falhou e permitiu o acidente.

Violação de **direitos** autorais

Softwares de inteligência artificial geradoras de imagem são treinadas a partir de outras imagens para terem características suficientes para criar novas artes. O problema disso, é que as imagens que são usadas para treinar essas IAs tem **direitos** autorais.

Nos EUA, artistas moveram uma ação coletiva contra os programas de IA gerativa de imagens Stability AI, Midjourney e DeviantArt por violações de direitos de publicidade e concorrência ilegal. O ob-

jetivo do processo é que os artistas sejam compensados e protegidos.

Os sistemas de IA estariam se apropriando da produção de artistas e copiando seus estilos para a criação de imagens.

Continua após a publicidade

Apropriação de voz

O uso de inteligência artificial para manipular áudio também se tornou um dos usos mais comuns dessa tecnologia. Atualmente, há diversos programas na **internet** que permitem que os usuários escrevam um texto e escolham a voz de uma personalidade famosa para falar, que vão desde artistas até políticos.

No final de março, uma entrevista realizada pela CNN Brasil com o presidente Luiz Inácio Lula da Silva teve seu áudio modificado. O trecho manipulado foi compartilhado nas redes sociais com o presidente supostamente dizendo que a sociedade brasileira seria preparada durante o seu mandato para acreditar naquilo que é mentira, dando a entender que o político defendia a manipulação da população.

Além de ser uma forma de enganar as pessoas com informações falsas, as vozes geradas por IA vem sendo utilizadas para aplicar golpes. Nos EUA, bandidos usam a tecnologia para simular a voz de um amigo ou parente da vítima e pedir dinheiro. Em 2022, foram mais de 36 mil relatos de golpes que foram aplicados dessa forma.

Outra forma de utilização da ferramenta de geração de vozes falsas são para criar as chamadas "deepfakes musicais", fazendo artistas cantarem músicas que não são de sua autoria. Recentemente, por exemplo, viralizou nas redes sociais um áudio falso da cantora americana Ariana Grande cantando uma música do funkeiro brasileiro MC Livinho.

ðšVEJA: Inteligência Artificial cria versão da mú-

Continuação: Desinformação e ataques contra mulheres: veja seis limites éticos rompidos pela IA

sica "Na Ponta do Pé 2", de MC Livinho, na voz de Ariana Grande. ð€ - PopOnze (@PopOnze) April 10, 2023

Detecção de emoções e violação de privacidade

Continua após a publicidade

E se a inteligência artificial fosse capaz de decifrar suas emoções? Supostamente ela já consegue.

A Intel, em parceria com a empresa Classroom Technologies, criou uma tecnologia baseada em IA que seria capaz de identificar as emoções de estudantes em aulas online com base na análise de suas expressões faciais. O objetivo seria facilitar o educador a identificar alunos com dificuldades na matéria e a forma como estão interagindo com o conteúdo.

Apesar da invenção ser bem intencionada, de acordo com o site Protocol, especialistas afirmam que não é possível decifrar a emoção de uma pessoa escaneando suas expressões faciais, já que cada indivíduo se expressa de uma forma diferente.

Além disso, psicólogos dizem que a criação é "moralmente repreensiva" e críticos acreditam que essa tecnologia seria uma forma de invasão da privacidade do aluno, que poderia se sentir pressionado a controlar suas expressões durante todo o período da

aula.

Referências falsas

Para a preocupação dos estudantes que costumam usar o ChatGPT para estudar e fazer trabalhos acadêmicos, as referências fornecidas pelo sistema de inteligência artificial não são confiáveis.

Muitas vezes, uma IA gerativa de textos pode enfrentar o fenômeno chamado de "alucinação", que é quando a tecnologia trata respostas que fogem da realidade como se fossem verdadeiras, principalmente quando se trata de referências bibliográficas.

Continua após a publicidade

Assim, é comum pedir ajuda para a inteligência artificial exemplificar fontes acadêmicas ao fazer um projeto, porém, as respostas, na maioria das vezes, estão erradas e informam obras ou autores que não existem, e até atribuem uma obra a uma pessoa que não é o seu autor verdadeiro.

*Alice Labate é estagiária sob supervisão do editor Bruno Romani

Regular o financiamento privado no mercado audiovisual: uma questão de subsistência da criatividade

Carol Bassin, Advogada especializada em **propriedade** intelectual, legislação de incentivo e proteção autoral, com experiência de atuação no suporte jurídico e estratégico ao mercado de produção cultural, mídias digitais e negociações envolvendo licenciamento de direitos. Atua como Consultora Jurídica e Business Affair da agência Condé+. Membro Efetivo da Comissão de **Direitos** Autorais, Direitos Imateriais e Entretenimento da OAB/RJ

A Cidade das Artes, no Rio de Janeiro, entre os dias 11 e 16 de abril, torna-se palco para o Rio2C, o maior evento de criatividade da América Latina, com a presença de mais de mil palestrantes abordando temáticas atuais e urgentes da Indústria Criativa. É, sem dúvida, um período e um espaço para importantes conexões e desafiadoras reflexões, uma vez que, eventos desse porte tem o potencial de estabelecer - ou ao menos sugerir - o tom de desenvolvimento do mercado nos decisivos próximos meses.

Para o setor do audiovisual é uma oportunidade única de reunir os maiores representantes no Brasil das plataformas de streaming, as produtoras e os criadores de conteúdo: a tríade que hoje compõe um importante pilar do segmento no país. Com o recrudescimento do fomento público observado nos últimos anos, o financiamento privado através desses players acabou por se tornar uma das principais formas de subsistência do mercado audiovisual brasileiro.

Se por um lado o aumento dessa oferta de recursos privados "aqueceu" o mercado e proporcionou uma verdadeira explosão de produção de conteúdo brasileiro e, consequentemente, geração de trabalho e renda para a cadeia criativa que clamava por alternativas, o seu crescimento desenfreado e sem regulação pode acabar por transformar em "prática de

mercado" a condição de vulnerabilidade de nossos criadores e artistas.

Como em toda dinâmica de financiamento, a menos que haja orientações claras e diretrizes setoriais, quem financia acaba por ditar as regras. E, se pensarmos no contexto da criação e da prestação de serviços artísticos, transferir tamanho poder para grandes corporações internacionais sem qualquer tipo de gestão pode representar um potencial risco para o desenvolvimento e a exploração da nossa propriedade intelectual.

A intenção da presente reflexão não é desestimular tais investimentos, mas certificar-se que o seu crescimento seja sustentável a partir da inexorável constatação de que sem as garantias mínimas de direitos para os criadores, morre lentamente a criação. Sem o fortalecimento da espinha dorsal composta pelos indivíduos que criam, dirigem, atuam e produzem, o corpo da produção não se sustenta, por mais robusto que pareça ser.

Continua após a publicidade

A fragilidade dos criadores é evidenciada, por exemplo, em aspectos práticos revelados ainda na fase de negociação e que acabam por se cristalizar em contratos com pouquíssimas ou quase nulas possibilidades de alteração, com cláusula formuladas, muitas vezes, sob a dinâmica do copyright, que, em sua essência, acabam por contrariar a mens legis da própria legislação autoral brasileira.

A partir do entendimento de que a produção cultural audiovisual não só representa um setor de mercado que gera renda e emprego, mas também uma importante fonte da cultura nacional e fruto da propriedade intelectual brasileira, é razoável concluir

Continuação: Regular o financiamento privado no mercado audiovisual: uma questão de subsistência da criatividade

pela importância da atuação do Estado na regulação desse mercado.

Tal desempenho pode ser feito através da implementação de políticas públicas razoáveis que garantam o crescimento sustentável desse modelo de negócios com um contorno protetivo ao criador sem inviabilizar a produção e garantindo a manutenção de retornos positivos para todos os envolvidos, in-

clusive os próprios financiadores!

Se queremos nos nutrir dos melhores frutos, é essencial diferenciar na prática a colheita consciente da extração exploratória. Praticar a reflexão e abrir um caminho de negociação e composição de caminhos equitativos de negócios sob o manto de políticas públicas sólidas é um excelente primeiro passo.

Seara acusa Perdigão de 'plágio' em propaganda de mortadela, e Conar pede alteração

oglobo / Blogs / Lauro Jardim O Conar recomendou por unanimidade a alteração de uma propaganda da BRF, referente à mortadela ouro da , por conter elementos "demasiado semelhantes" aos de uma publicidade da .

Em denúncia, a apontou que houve uma espécie de "plágio" por parte da concorrente ao se apropriar de elementos já usados em anúncio de seu produto veiculado desde 2021, com uma novidade a partir de abril do ano passado.

A defesa da BRF argumentou que as características

eram comuns a peças publicitárias dessa natureza e não se tratavam de uma criação específica, portanto não eram protegidas por **direitos** autorais.

A relatora do caso concordou com a denúncia da e pediu a modificação de três trechos da propaganda. Eles se referiam a explosão de temperos, defumação por madeira e cozimento por nove horas.

(Atualização às 19h05: A assessoria da BRF confirmou que a empresa recebeu a decisão de primeira instância administrativa, "como parte do processo corriqueiro da autorregulamentação publicitária", e afirmou que a empresa vai recorrer.)

Conteúdos criados por inteligência artificial generativa: a quem pertencem os direitos?

A inteligência artificial (IA) é um campo de tecnologia criado na década de 1950, pautado em ciência da computação e combinação de dados capazes de simular capacidades humanas, a fim de executar atividades e aprimorar operações.

Há também subcampos da IA, dentre os quais aqueles capazes de criar conteúdos novos a partir de fragmentos acessíveis na **internet** ou em bases de dados disponíveis. Devido à sua alta capacidade criativa, tal tecnologia é chamada de IA generativa.

Impactos da IA generativa

As soluções pautadas em IA generativa tendem a ser mais eficazes e rápidas, pois não apenas classificam ou rotulam determinado dado mas, também, desenvolvem novos conteúdos com lastro no que já foi anteriormente aprendido (seja por informações existentes, seja pela interação com os usuários). Por isso, essas tecnologias podem auxiliar na automatização de demandas, organização e compreensão de dados e também na criação de imagens, textos, músicas, obras literárias e outros conteúdos.

Apesar de não tratarem de funcionalidades recentes, ferramentas pautadas em IA generativa vêm ganhando destaque ao longo dos últimos anos, especialmente, com a popularização de aparatos como o ChatGPT e o DALL-E.

Com o avanço e evolução tecnológica de tais produtos, com algoritmos com alto grau de autonomia e capacidade de imitação do comportamento humano, capazes de aprender padrões de comunicação e desenvolver obras complexas, crescem também os questionamentos quanto à autoria e titularidade sobre tais conteúdos, especialmente quando decorrem

de interações de usuários com robôs virtuais (chatbots).

O ordenamento jurídico brasileiro vigente não prevê, especificamente, temas relacionados à inteligência artificial, sendo necessário interpretá-lo para eventualmente resolver embates contemporâneos sobre tal matéria.

A lei de **direitos** autorais e requisitos para autoria de obras

A Lei de **Direitos** Autorais, Lei nº 9.610/1998 (LDA), considera como autor de determinada obra literária, artística ou científica a pessoa física que a tenha criado. Pessoas jurídicas também podem ser consideradas autoras, em casos específicos previstos na LDA, relacionados à organização e produção pela pessoa jurídica de contribuições de pessoas físicas. Nesse sentido, não há previsão legal sobre obras criadas por IA, pois a legislação privilegia a relação existente entre o autor (indivíduo) e sua criação.

O art. 7º da LDA determina como "obra intelectual" protegida por **direitos** autorais a criação do espírito que seja fixada em qualquer suporte ou expressa por qualquer meio.

Assim, com base nos conceitos legais acima detalhados, para que certo conteúdo seja protegível sob a perspectiva de **direitos** autorais, é necessário que o autor seja uma pessoa física (ou jurídica, nas condições específicas da lei) e sua obra tenha sido necessariamente elaborada com base na criatividade humana.

Com base na previsão acima, há entendimento doutrinário de que obras produzidas por IA generativa se-

Continuação:
Conteúdos criados por inteligência artificial generativa: a quem pertencem os direitos?

quer são protegidas por direitos autorais, já que são frutos de comandos automatizados e baseados em construções sintéticas, sem intervenção humana relevante durante o processo de criação. Consequentemente, nenhum usuário de produtos com tecnologia pautada em IA poderia ser considerado autor.

Todavia há, também, corrente que defende que a participação humana é, hoje, elemento indispensável para o correto funcionamento de produtos com comandos originários de inteligência artificial, de forma semelhante ao fotógrafo que precisa ajustar o ângulo e escolher o objeto que será fotografado para somente então acionar o botão de uma máquina que produzirá a fotografia.

Para estes juristas, a atribuição de autoria àquele que envidou esforço para alcançar certo resultado, seja do ponto de vista de esforço intelectual (no caso de autoria ao usuário que apresenta comandos à IA), seja do ponto de vista de esforço financeiro (no caso de obras sob encomenda), pode ser a alternativa, à luz da legislação vigente.

A lei de propriedade industrial e os requisitos para titularidade sobre ativos

Na seara industrial, os questionamentos jurídicos não são menores, já que a Lei nº 9.279/1996, Lei da Propriedade Industrial (LPI), traz em seu texto diversos requisitos para a registrabilidade e titularidade sobre ativos industriais.

No caso das **patentes**, por exemplo, o art. 8º da LPI determina ser patenteável a invenção que atenda aos requisitos de novidade, atividade inventiva e aplicação industrial. Dentre tais requisitos, o que encontra obstáculo frente a criação advinda de IAs generativas é o da atividade inventiva, compreendida como o resultado de um engenho notório. Ou seja, a invenção deve ir além da simples reunião de conhecimentos já constantes do estado da técnica.

A invenção a ser patenteada não deverá decorrer do estado da técnica de maneira óbvia na análise de um especialista na área, devendo ser inovadora o suficiente para o conhecimento de profissionais do ramo. Como produtos criados por IA generativa tendem a ser oriundos de informações e dados de especialistas que já tenham versado sobre certo tema, tal requisito não seria facilmente preenchido.

De toda forma, em setembro de 2022, o Instituto Nacional da Propriedade Industrial (**INPI**) também publicou despacho entendendo pela impossibilidade de uma inteligência artificial ser inventora em pedido de **patente**, em decisão que teve como base o art. 6º da Lei nº 9.279/96, a Convenção da União de Paris (CUP) e o Acordo TRIPS (Acordo sobre Aspectos dos Direitos de **Propriedade** Intelectual Relacionados ao Comércio).

Para o **INPI**, o inventor de um pedido de patente deve ser capaz de ser sujeito de direitos, possuindo personalidade jurídica, o que não se aplica ao caso de uma IA que figure exclusivamente como potencial titular do ativo.

A Advocacia Geral da União (AGU) já emitiu parecer com o mesmo entendimento, no contexto da análise do pedido de patente depositado pela inteligência artificial DABUS, entendendo que o inventor deve, necessariamente, ser uma pessoa, na acepção do art. 1º do Código Civil brasileiro (toda pessoa é capaz de direitos e deveres na ordem civil). Assim, seria impossível nomear uma IA como inventora de um pedido de patente apresentado no Brasil (Parecer nº 00024/2022/CGPI/PFE-**INPI/PGF/A** GU).

Para a AGU, como não há no ordenamento jurídico clareza suficiente para disciplinar a inventividade desenvolvida por máquinas pautadas em IA, torna-se necessário aguardar a celebração de tratados internacionais específicos destinados a uniformizar os princípios para a proteção nos ordenamentos na-

Continuação:
Conteúdos criados por inteligência artificial generativa: a quem pertencem os direitos?

cionais.

No mesmo sentido, com relação às marcas, a LPI determina, em seu art. 128, que podem requerer registro de marcas as pessoas físicas ou jurídicas, de modo que a IA generativa não poderia ser enquadrada como titular de pedidos de registro ou mesmo marcas registradas.

De forma paralela, já existem no cenário brasileiro propostas legislativas para regulamentar a IA, já que não há na legislação de **propriedade** intelectual respaldo ou normas específicas sobre o tema. O Projeto de Lei nº 21/2020 - Marco Legal de Inteligência Artificial

Atualmente, o Projeto de Lei nº 21/2020 (PL) é o texto mais avançado sobre inteligência artificial no país e tem como objetivo estabelecer fundamentos, princípios e diretrizes para o desenvolvimento e a aplicação da IA no território nacional. O PL já foi aprovado, com alterações pela Câmara dos Deputados e está, desde fevereiro de 2023, sob análise do Plenário do Senado Federal.

O texto do PL, popularmente conhecido como Marco Legal de Inteligência Artificial, decorre de discussão conduzida por comissão de especialistas que se reuniu ao longo de oito meses e produziu relatório com mais de 900 páginas, incluindo a minuta do projeto de lei com 45 artigos e um dispositivo que restringe à União o poder de legislar e editar normas sobre a IA.

Vale destacar que o PL não endereçou questões relacionadas a direitos de propriedade intelectual, de modo que sua eventual aprovação não será suficiente para concluir temas relacionados à esta matéria.

Questões éticas relacionadas às plataformas de IA generativa

Enquanto avanços legislativos no campo de in-

teligência artificial não se concretizam, cabe aos usuários e desenvolvedores de produtos baseados em IA agir com responsabilidade e ética. A falta de regulação do tema não significa e não significará que produtos criados por IA generativa podem ser levemente explorados, sendo importante observar os eventuais termos de uso de plataformas, bem como os direitos de terceiros sobre dados e informações utilizados pela IA para gerar novos conteúdos.

Uma vez que as criações de plataformas de IA generativa podem reproduzir parte ou a integralidade de conteúdos de terceiros inseridos no input inicial da inteligência artificial, é atualmente questionável se o uso de direitos de terceiros pode ser pautado nas hipóteses legais de limitação dos direitos autorais ou se tal reprodução representa violação de direitos de propriedade intelectual dos detentores dos conteúdos originais.

Ademais, a adoção de cuidados e estrutura de governança pautada em Data Ethics para implementação de IA generativa são necessárias para evitar riscos legais e reputacionais, já que o desenvolvimento e uso de aplicações enviesadas ou imprecisas pode criar produtos discriminatórios ou propagadores de informações falsas.

A fim de se evitar infrações às normas de proteção às obras intelectuais, cabe também aos usuários não indicar como sendo de sua própria autoria conteúdo que não foi por ele criado, mesmo que desenvolvido por uma plataforma de IA generativa, sem personalidade jurídica.

Para mais informações sobre inteligência artificial e propriedade intelectual, acompanhe a série especial do Mattos Filho sobre o tema.

Projeto maluco, plágio de Senna e briga com montadoras: o segredo da Gurgel

A fabricante de automóveis brasileira Gurgel Motores talvez estivesse à frente do seu tempo e não tenha sido bem compreendida. Com ideias arrojadas, a montadora nacional vendeu 40 mil carros de 20 modelos diferentes e produziu diversos protótipos que não saíram do papel ao longo de sua trajetória, entre 1969 e 1996.

Carro com distanciamento social

A Gurgel projetou um veículo com distanciamento social, pensado para taxistas e empresas de transporte de passageiros. O carro desenhado pela fabricante previa a implementação de paredes translúcidas entre o motorista e os passageiros, além de uma porta traseira específica para a entrada dos clientes -- à época, o padrão eram carros apenas com duas portas dianteiras.

Relacionadas Gasolina a R\$ 10 e etanol a R\$ 6: veja cidades campeãs em combustível caro 5 vezes em que as montadoras exageraram na brincadeira contra rivais Tabela Fipe: Veja valores para negociar carros, motos e caminhões

A proposta do veículo foi patenteada em 1989, mas não foi adiante. Algumas carrocerias de teste chegaram a ser produzidas, mas o sonho não se concretizou na produção do modelo.

Inspirada ou não no conceito da Gurgel, a fabricante chinesa BYD desenvolveu, em 2020, o primeiro carro criado com base nas necessidades do mercado de transporte por aplicativos. Elétrico e com tamanho de um compacto, o BYD D1 possui porta traseira corrediça, para facilitar o acesso, além de telas sensíveis ao toque no encosto dos bancos dianteiros, voltadas aos passageiros, e entradas USB.

Primeiro carro elétrico do Brasil, filme com Pelé e mais Imagem: Divulgação

Há mais de 40 anos, a Gurgel já apostava em carros elétricos. O Itaipu E400, criado em 1980, era um furgão com o equivalente a 11 cv e autonomia de 80 quilômetros. O veículo foi o primeiro carro elétrico produzido em série no país.

Xavante, Supermini, Bugato e Tocantins foram nomes de outros modelos conhecidos da fabricante. O primeiro, anteriormente chamado de Ipanema, também suscitou o registro de outra **patente**: um chassi que misturava plástico e aço, nomeado de Plasteel.

O sucesso da Gurgel à época levou até um de seus modelos às telas do cinema. O Gurgel X-15 aparece no filme "Os Trapalhões e o Rei do Futebol", com a participação de Pelé.

No filme, de 1986, o veículo é o meio de transporte do time do "Galinheiro Futebol Clube", com os trapalhões Didi, Dedé, Zacarias e Mussum.

O X-15 foi um jipe para sete ocupantes que, embora não tivesse tração nas quatro rodas, possuía uma tecnologia chamada de Selectraction, que usava alavancas para frear a roda que patinasse na pista, transferindo a força para outra roda com mais aderência. É basicamente o que faz o diferencial em veículos de tração ou o sistema Locker da Fiat.

Por trás da empresa estava João Augusto Conrado do Amaral Gurgel, engenheiro e industrial brasileiro, nascido em Franca, no interior de São Paulo. Em 1987, ele conseguiu tornar realidade seu maior sonho de construir um carro 100% nacional.

O veículo foi batizado de Cena (sigla para Carro Econômico Nacional), mas como soava igual ao sobrenome do piloto Ayrton Senna, a família do corredor processou a empresa, que foi obrigada a trocar o nome para BR-800.

Continuação: Projeto maluco, plágio de Senna e briga com montadoras: o segredo da Gurgel

Concorrência levou à falência

O processo de falência da Gurgel começou nos anos 1990, a partir do lobby de grandes montadoras junto ao governo brasileiro pela isenção de impostos para carros de até 1.0. Com isso, a empresa nacional ganhou a concorrência das estrangeiras no segmento.

Além disso, a pressão das fabricantes sobre fornecedores contra o compartilhamento de peças com a Gurgel e atrasos do Banco Nacional de Desenvolvimento Econômico e Social (BNDES) para repassar recursos aprovados para a construção de uma nova fábrica também contribuíram para a derrocada da empresa.

Em entrevista à Folha de S.Paulo, em 2001, Fernando

do Amaral Gurgel, filho do empresário João Augusto Gurgel, falecido em 2009, também culpou os governos do Ceará e de São Paulo. Ele alegou que houve "traição" por parte dos ex-governadores Ciro Gomes (PDT, na época PSDB), do Ceará, e Luiz Antônio Fleury Filho, de São Paulo, falecido no ano passado.

Segundo Ciro, ouvido na mesma época, os acordos com a Gurgel foram rompidos por dívidas não quitadas com bancos que sobraram para os governos.

Independentemente das razões para o fim da empresa, o certo é que hoje a Gurgel vive nas garagens de colecionadores e no imaginário dos amantes de automóveis.

Paulo Vidigal: Política de uso do ChatGPT na empresa

Em pouquíssimo tempo, o ChatGPT se tornou uma ferramenta bastante conhecida no mundo da tecnologia e amplamente utilizada em organizações. Seu modelo de linguagem avançado é capaz de diversas tarefas úteis ao dia a dia dos negócios, como resumir textos, criar modelos de e-mail e... Em pouquíssimo tempo, o ChatGPT se tornou uma ferramenta bastante conhecida no mundo da tecnologia e amplamente utilizada em organizações. Seu modelo de linguagem avançado é capaz de diversas tarefas úteis ao dia a dia dos negócios, como resumir textos, criar modelos de e-mail e respostas a solicitações diversas, gerar códigos, entre muitas outras, o que contribui para agilizar processos e potencializar o trabalho de todos. No entanto, à medida em que seu uso se expande, mais atenção tem sido dada aos riscos associados. Nesse contexto, organizações têm se preocupado em conhecer tais riscos e adotar medidas adequadas para minimizá-los. Assim, uma solução que tem sido cogitada é a elaboração de políticas de uso seguro da ferramenta, que guiem os utilizadores quanto às práticas aceitáveis e inaceitáveis. Nesse contexto, resolvi perguntar ao ChatGPT se ele entendia que era o caso de empresas elaborarem referida política e, caso afirmativo, se ele poderia me ajudar a desenvolvê-la. Como resultado, em colaboração, eu e ChatGPT criamos uma política abrangente e detalhada, que leva em consideração uma série de riscos potenciais que as organizações podem enfrentar ao utilizar essa ferramenta. A seguir, você confere alguns dos riscos destacados na política e as correspondentes condutas esperadas dos colaboradores para mitigá-los: 1) Riscos de qualidade: o ChatGPT pode produzir resultados imprecisos, especialmente quando solicitado a realizar tarefas computacionais ou mencionar precedentes jurídicos. Os funcionários devem: - revisar cuidadosamente as saídas do ChatGPT para identificar e corrigir quaisquer erros.

- ser treinados sobre como identificar e corrigir erros nas saídas do ChatGPT.

- procurar revisores designados pela empresa para revisar as saídas geradas pelo ChatGPT para tarefas críticas, como pareceres jurídicos, relatórios financeiros e comunicações com clientes. Riscos contratuais

O uso do ChatGPT pode violar as disposições contratuais com os clientes em relação aos fins para os quais seus dados podem ser utilizados. Os funcionários devem:

- se familiarizar com os termos de uso da OpenAI antes de usar o ChatGPT.

- procurar aconselhamento jurídico, se necessário, antes de usar o ChatGPT para processar dados de clientes. Riscos de privacidade

O compartilhamento de informações pessoais com a OpenAI por meio do ChatGPT pode criar riscos de privacidade e contrariar as políticas de privacidade da empresa. Os funcionários devem:

- estar cientes dos riscos de privacidade associados ao compartilhamento de informações pessoais por meio do ChatGPT.

- inserir no ChatGPT apenas dados que tenham sido desidentificados ou anonimizados, sempre que possível.

- procurar aconselhamento interno, se necessário, antes de imputar dados pessoais. Riscos de fornecedores

O uso do ChatGPT por fornecedores pode gerar riscos à empresa, como a quebra de confidencialidade. Os funcionários devem:

Continuação: Paulo Vidigal: Política de uso do ChatGPT na empresa

- garantir que os contratos com fornecedores proibam ou limitem a inserção de dados da empresa (em especial aqueles confidenciais) no ChatGPT. Riscos de propriedade intelectual

O uso do ChatGPT apresenta riscos de violação de **direitos** autorais e segredos comerciais. Os funcionários devem:

- procurar aconselhamento jurídico antes de usar o ChatGPT para processar dados confidenciais ou gerar conteúdo que possa estar sujeito a proteção por **direitos** autorais ou segredos comerciais. Riscos de segurança cibernética

O uso do ChatGPT pode trazer riscos de segurança cibernética se dados pessoais ou informações confidenciais forem inseridos no sistema. Os funcionários devem:

- estar atentos aos dados que inserem no ChatGPT e devem evitar imputar dados pessoais e informações críticas como senhas, informações financeiras etc. na

plataforma. Riscos de vieses

O ChatGPT pode apresentar resultados enviesados em suas respostas com base nos dados em que foi treinado. Os funcionários devem:

- estar cientes do potencial de viés nas respostas do ChatGPT

- fazer esforços para avaliar e mitigar qualquer viés na informação gerada, a qual deve ser justa e imparcial e não discriminatória. Esse interessante exercício em colaboração com o ChatGPT mostrou que há muito o que considerar em relação ao uso da referida ferramenta (e tecnologias semelhantes) e que, a depender do contexto, pode fazer sentido, sim, criar política para o uso seguro, responsável e ético, a fim de mitigar riscos para a organização. É claro que esse esforço tem de ser bem dimensionado para não burocratizar excessivamente o dia a dia dos colaboradores e, consequentemente, reduzir a capacidade inovadora e agilidade da empresa.

INPI apura R\$ 664,6 milhões em 2022

utarquia faz a concessão de direitos de propriedade intelectual para a indústria

Em 2022, a receita total do **Instituto** Nacional de Propriedade Industrial (**INPI**) foi de R\$ 664,6 milhões, crescimento de 14,3% em relação à arrecadação de R\$ 581,5 milhões do ano anterior. A receita com a prestação de serviços aumentou 6%, passando de R\$ 454,1 milhões em 2021 para R\$ 480,1 milhões no ano passado.

O **INPI** é uma autarquia federal vinculada ao Ministério da Economia, responsável pela concessão e garantia de direitos de propriedade intelectual para a indústria. O instituto tem um serviço de consulta pública de marca registrada, basta que o usuário acesse o site e faça a sua busca. Além do resultado econômico-financeiro, a autarquia divulgou os resultados alcançados e a análise do desempenho na execução das metas e iniciativas estratégicas planejadas para o ano passado.

Dos 32 indicadores de desempenho, 28 (82%) encerraram o ano com resultados superiores a 85% das metas anuais. Vinte e dois (65%) tiveram um alto nível de desempenho (resultado maior ou igual a 95%) e, desses, 12 atingiram ou superaram as metas (resultado maior ou igual a 100%). Seis (18%) dos indicadores de desempenho tiveram um baixo desempenho, com resultados menores que 85% da meta em 2022.

Espaço Publicitário

Em 2022, 73% das 30 iniciativas estratégicas tiveram execução física maior que 85%, sendo que 17 (56%) tiveram um alto nível de eficiência (resultado maior ou igual a 95%) e, dessas, 13 foram concluídas. Oito (27%) das iniciativas estratégicas registraram resultados abaixo de 85% do previsto.

A Lei Orçamentária Anual - LOA 2022 do **INPI** encerrou o exercício somando R\$ 55,6 milhões (+64% em relação à LOA Inicial do ano - R\$ 34 milhões). O índice de execução orçamentária alcançado em 2022 foi de 98% (R\$ 54,5 milhões), sendo resultante do processo de acompanhamento da execução orçamentária integrado ao Plano de Ação anual do **INPI**.

Depósitos

De acordo com o relatório do **INPI**, na categoria de depósitos, o desempenho médio dos indicadores em 2022 foi de 88% de cumprimento das metas. Destaque para o aumento de 9,6% nos pedidos de registro de marcas em relação a 2021.

A categoria de depósitos apresentou a maior proporção de indicadores de desempenho com baixo nível de eficácia, tendo 3 dos 6 indicadores com resultado

TRF-1 nega extensão de patente a laboratórios multinacionais

Em julgamento de 2ª Instância ocorrido na tarde desta quinta-feira (13), a 5ª Turma do TRF-1 apreciou a tentativa de laboratórios multinacionais de retornar a exclusividade de 30 anos de patentes, dispositivo de Lei de Propriedade Industrial derrubado há quase dois anos pelo Supremo Tribunal Federal.

A Corte decidiu que a Ação Direta de Inconstitucionalidade (ADI) 5.529, efetivamente, afastou do ordenamento toda e qualquer hipótese de prorrogação de prazo como pretendem os laboratórios multinacionais, de acordo com a avaliação da Associação Brasileira das Indústrias de Química Fina, Biotecnologia e suas Especialidades (Abifina), que comemorou o parecer e segue otimista que a ADI prevalecerá.

Para o advogado Raul Murad Ribeiro de Castro, que representa a Abifina, que reúne os laboratórios nacionais, o imbróglio se arrasta diante da enxurrada de ações dos laboratórios multinacionais tentando derrubar a ADI e adicionar prazo no Brasil.

Eles alegam, de acordo com o advogado, que o STF não teria impedido ajustes pontuais ao prazo, o que faria jus na medida em que teria havido demora injustificada do **INPI** nas análises de patentes, diminuindo o prazo de exclusividade.

Espaço Publicitário

"Em verdade essa argumentação não é plausível. Eles estão recorrendo a um dispositivo chamado Patent Term Adjustment, ou PTA, que não existe no Brasil", explica Castro, acrescentando que tal dispositivo é utilizado em outros países, mas não há previsão legal por aqui e uma medida dessa causaria impacto negativo na produção de genéricos e similares, devido à insegurança jurídica que provocaria.

Ao fim do julgamento, a Relatora da 5ª turma, desembargadora Daniele Maranhão, decidiu contra a tentativa dos laboratórios, afirmando que a Constituição prevê que o privilégio da patente é temporário e precisa ser compatível com a liberdade de concorrência, assim como com o acesso à saúde e à dignidade da pessoa humana.

A desembargadora, segundo a Abifina, considerou que o interesse privado não pode se sobrepor aos interesses sociais, especialmente porque o art. 44 da LPI protege os Depositantes de patente. Ao final, desproveu o apelo, mantendo a sentença de improcedência, tendo sido acompanhada à unanimidade pelos demais julgadores.

Por Favor Digite Seu Nome Aqui

Monitor Mercantil

MONITOR MERCANTIL

Com a Constituição de 1988, os povos indígenas conquistaram o direito de manterem para sempre a condição de indígena e poderem viver segundo seus costumes, além de deterem o uso, o usufruto e a posse permanente de suas terras. Além de reconhecer o direito originário à terra, o legislador de 1988 declarou nulos e extintos os atos de ocupação, posse ou domínio das terras indígenas, ou a exploração das riquezas naturais do solo, dos rios e dos lagos nelas existentes (CF, art. 231 §6º).

Em 1989 foi aprovada, na Conferência Internacional do Trabalho, a Convenção 169, que define os povos indígenas como sujeitos coletivos de direitos, com identidade étnica específica e direitos históricos imprescritíveis. Existem ainda projetos de lei e programas voltados para as populações indígenas referentes a atividades como a mineração, manejo florestal, proteção do meio ambiente e **propriedade intelectual**, bem como está em discussão um novo estatuto dos povos indígenas e a demarcação de suas terras a fim de lhes proporcionar maior segurança física e jurídica.

Decerto os povos indígenas, senhores de vasto território no século 16, não imaginaram que, ao compartilhar suas terras com os novos habitantes, em sua maioria imigrantes brancos, acabariam por ser cooptados como mão de obra escrava de fazendeiros e expulsos de suas terras, pois nestas era imposto um uso devastador para formação de pastos e introdução de novas culturas. Hábitos tão diferentes foram introduzidos pelos novos habitantes que os povos indígenas passaram a procurar matas mais remotas para viverem, sem os "males" impostos pela propriedade privada, e apenas assim muitas etnias conseguem hoje manter suas crenças, línguas, tradições e costumes.

Hoje, os povos indígenas estão confinados aos últimos espaços de floresta nativa, condenados a vi-

verem em áreas de preservação a fim de escaparem do avanço da fronteira agrícola que devora os rios e as matas, matando a terra e todos que nela habitam, a pretexto do "desenvolvimento".

Espaço Publicitário

Apesar de detentores de terras originárias protegidas pelo arcabouço jurídico nacional e internacional, os povos indígenas, bem como outras populações tradicionais, permanecem na invisibilidade e na exclusão. A proteção da biodiversidade e a demarcação de suas terras são condições de continuidade cultural desses povos.

O esvaziamento dos direitos territoriais indígenas como vem sendo feito por alguns setores, como ruralistas e mineradoras, não apenas inferioriza e estigmatiza esses grupos e seus modos de vida, negando sua dignidade, como vulnerabiliza também uma necessária mudança de visão sobre a nossa relação com a terra, cujo conhecimento precisa ser expandido, sob pena de sucumbirmos por ignorância ou arrogância aos fortes impactos já anunciados pelas mudanças climáticas.

Os caminhos do multiculturalismo precisam ser compreendidos, e decerto não é derrubando árvores ou expandindo fronteiras agrícolas com o abandono de terras devastadas. Uma cultura social mais inclusiva é uma reflexão para o Brasil indígena e, no dizer do professor Carlos Marés, "a biodiversidade é irmã gêmea da sociodiversidade, compondo uma grande família socioambiental, que vive na solidariedade e se alimenta da esperança" (in Código Florestal, estudos e reflexões: populações tradicionais e proteção das florestas, Cap. 5 fls. 95-110).

Ana Rita Albuquerque Doutora Em Direito Civil Pela Uerj.

GPT-4, da inovação à cautela: três pontos de atenção e riscos legais com o uso da ferramenta - Defesa

Filipe Ribeiro DuarteÂ (*)

Recentemente a OpenAI disponibilizou a nova versão do ChatGPT ("Chat Generative Pre-Trained Transformer"), um programa de Inteligência Artificial (IA) que, como o próprio nome já indica, foi e é treinado para produzir bate-papo em formato de textos. Fruto de contínua evolução de sistemas de inteligência artificial, o programa funciona como um chatbot com o qual o usuário interage fazendo perguntas ou fornecendo instruções do que deseja e recebe do ChatGPT aquilo que foi solicitado. As possibilidades são várias, como resumo de textos, elaboração de artigos a sobre um tema fornecido, traduções, recomendações, resolução de matemáticas e até a sugestões de correção em código-fonte de programas de computador. A nova versão do software, o GPT-4, inclusive, permite interpretar imagens.

Tais respostas chamam atenção em razão da adequação gramatical e semântica dos textos. Tudo isso é possível pois a ferramenta possui uma base de dados enorme, alta capacidade de processamento e foi treinada para utilizar os feedbacks recebidos dos usuários para aprimorar as próximas respostas. É o chamado "aprendizado por reforço com feedback humano" (RLHF, pela sigla em inglês).

Naturalmente, o ChatGPT possui limitações e riscos. Uma limitação é que as respostas são construídas com base nesses feedbacks e na base da aplicação. A ferramenta não faz pesquisas na internet, portanto, as respostas se limitam ao que a ferramenta "sabe" até o momento da última atualização da base de dados, o que, neste caso, ocorreu em setembro de 2021. Os riscos e incertezas ainda preocupam, principalmente em razão de a ferramenta aprender com os usuários que interagem com ela. A bem da verdade, talvez o maior risco esteja do lado de fora da ferramenta.

Disseminação de desinformação e preconceitos

Em uma sociedade dinâmica e marcada por diferenças culturais e sociais, talvez nenhuma ferramenta ou informação seja isenta de questionamento. Com o ChatGPT não seria diferente, até porque a base está limitada a conteúdos inseridos até 2021. A própria OpenAI reconhece que podem ser encontradas informações incorretas no ChatGPT, bem como pode reproduzir preconceitos, racismo, machismo ou, ainda, não parecerem ter sido construídas com base em algum treinamento - quando temos aquilo que vem sendo denominado de alucinações do ChatGPT. Ainda que a ferramenta seja dotada de revisão e moderação das respostas na etapa de treinamento e aprendizagem (fator aprimorado na última versão disponibilizada), o risco de criar e reproduzir informações falsas ou inadequadas é de difícil afastamento.

Aqui vale um exemplo hipotético, mas preocupante. É possível pedir ao ChatGPT para criar textos com "discurso político" do candidato A, B ou C. Em outra ponta, tem-se ferramentas de deepfake, capazes de criar ou substituir rostos. Combinando os dois, o resultado seria um vídeo que simula a presença e o discurso de alguém com ainda mais precisão e qualidade.Â

Direitos autorais

As discussões em torno do ChatGPT acerca de **direitos** autorais passam tanto pela autoria dos textos produzidos pela ferramenta quanto por eventuais textos e obras utilizados pela plataforma para elaborar a resposta. No primeiro ponto, a legislação brasileira determina que, para a proteção legal, a obra precisa ser feita por um ser humano, o qual se valerá de certa criatividade e inspiração para produzi-la. Sem inspiração, ou sem intervenção humana, um texto produzido por uma inteligência artificial seria da própria inteligência. Porém, em virtude de a autoria ser restrita a humanos, haveria uma lacuna ou di-

Continuação: GPT-4, da inovação à cautela: três pontos de atenção e riscos legais com o uso da ferramenta - Defesa

ficuldade em se determinar o real autor, chegando a ser defendido por alguns que o texto seria de domínio público. A questão não é tão cartesiana e simples, até porque a legislação autoral não esclarece o tema 100%. Além disso, o ChatGPT possui um termo de uso que criará obrigações privadas entre a plataforma e o usuário, de modo que possam ser criadas regras para o uso e/ou responsabilidade pela utilização dos textos ali criados.

Por outro lado, partindo da premissa de que o ChatGPT está atrelado a uma grande base de dados e que eventuais respostas possam ter referências a obras autorais, estaria a ferramenta violando **direitos** autorais? Neste caso, quem seria o responsável pela violação? Naturalmente, o uso da ferramenta resultará em desafios de identificação de autoria, plágio e afins. Vale lembrar que o ChatGPT não indica as fontes ou links que justificam a resposta. Essas questões estão em aberto e precisarão ser endereçadas pelo Judiciário e/ou novas legislações.

Para fechar (ou deixar ainda mais em aberta) a discussão sobre esse ponto, estão sendo lançadas ferramentas que pretendem identificar se o texto foi produzido por humano ou IA para auxiliar na identificação de autoria[1] - ferramentas que certamente auxiliarão escolas e faculdades na avaliação dos textos apresentados por alunos, por exemplo.

Riscos cibernéticos

O ChatGPT possui filtros e moderações com o intuito de atribuir controles e segurança às respostas. Contudo, conforme apontado pela Forbes[2], pesquisadores da CyberArk, empresa focada em segurança cibernética, afirmaram ter conseguido criar malwares usando a plataforma da OpenAI, burlando os filtros políticos e de conteúdo do ChatGPT.

Ainda que o resultado seja questionável, a publicação destaca que o perigo não é esse resultado, mas o fato de o ChatGPT aprender com exemplos. Quanto mais exemplos ruins, mais saídas similares serão fornecidas ao longo do tempo.

Um outro estudo, conduzido pela Check Point Research, demonstrou que cibercriminosos estariam utilizando o ChatGPT para criar e-mails "convincentes" para phishing, mostrando os caminhos inadequados que a humanidade pode dar à ferramenta.

O fato é que as tecnologias baseadas em Inteligência Artificial vieram para ficar e já são utilizadas por grandes empresas para aprimorar os próprios produtos e serviços. Elas também são discutidas no meio acadêmico e devem, com alguma urgência, serem objeto de apreciação dos legisladores para que a sociedade esteja preparada para lidar com os dilemas decorrentes dos impactos que elas produzirão. O Brasil tem sido um dos países pioneiros nessa regulamentação da IA, conforme se vê no avançar do PL 21/2020 - em trâmite no Congresso Nacional - em que pese o texto proposto pela comissão de juristas ter sido alvo de críticas por parte da iniciativa privada.

(*) Filipe Ribeiro Duarte é Coordenador da equipe de Direito Digital do Martinelli Advogados.

GPT-4, da inovação à cautela: três pontos de atenção e riscos legais com o uso da ferramenta

Unifesp aprova concessão do título de doutora honoris causa a Amelinha Teles

Novo texto que regulariza trabalho em altura começa a valer em julho

Continuação: GPT-4, da inovação à cautela: três pontos de atenção e riscos legais com o uso da ferramenta - Defesa

TST confirma validade de contrato de franquia e exclui vínculo de emprego entre corretor franqueado e a Prudential

seu planejamento financeiro

Cinco motivos para incluir a previdência privada no

A necessária regulação das plataformas para coibir o ataque às escolas

A necessária regulação das plataformas para coibir os ataques às escolas Mauricio Felberg A situação é grave, precisa ser estancada e não há solução milagrosa, mas esse é um importante primeiro passo. sexta-feira, 14 de abril de 2023 Atualizado às 07:53
Co mpartilharComentarSiga-nos no A A

Nos últimos dias nosso país tem enfrentado uma série de graves ataques em ambientes escolares. Diante disso, a população tem cobrado o Poder Público por medias que possam coibir, prevenir erradicar esses nefastos e criminosos episódios.Â

São muitos os fatores que contribuem para esse momento social, mas um deles tem se mostrado em evidência, as plataformas e redes sociais.Â

Por meio das plataformas e redes sociais, indivíduos se reúnem, trocam conteúdos e se retroalimentam de ideais distorcidos e criminosos que acabam por eclodir nestes atos de barbárie. Visto que os algoritmos tudo registram e parametrizam, só por servir conscientemente de ponto de encontro para tais grupos as plataformas já teriam sua parcela de responsabilidade. Contudo, o que se observa é que as plataformas vão muito além de passivamente servir a tais grupos. Sempre que se pesquisa determinado conteúdo os algoritmos acabam por sugerir novos conteúdos semelhantes e afins. assim, quando se pesquisa sobre ataques às escolas, novos conteúdos dessa seara serão exibidos, o que pode configurar apologia ao crime, bem como, colocar mais indivíduos com pensamentos criminosos semelhantes em contato.Â

Vale lembrar que os direitos fundamentais previstos na Constituição Federal, incluindo a proteção dos direitos das crianças e dos adolescentes, são uma prioridade absoluta.

Nesse diapasão, diante da circulação de conteúdos

ilegais e nocivos nas plataformas de redes sociais, especialmente relacionados ao extremismo violento e incitação a crimes de ataques ao ambiente escolar, é preciso considerar que essas redes não são simples exibidoras de conteúdos postados por terceiros, mas mediadoras dos conteúdos exibidos para cada um dos seus usuários, definindo o que será exibido, o que pode ser moderado e o alcance das publicações.Â

Como dito acima, deve-se considerar a atividade de intermediação de conteúdo desenvolvida pelas plataformas de redes sociais como fornecedora de serviços, nos termos do disposto no art. 3º do Código de Defesa do Consumidor.Â

Posto isso, é preciso refletir sobre o dever geral de segurança dos serviços prestados ao consumidor, conforme previsto no art. 8º do Código de Defesa do Consumidor e a previsão do art. 51 do mesmo diploma legal, que elenca como cláusulas abusivas as que impossibilitem, exonerem ou atenuem a responsabilidade do fornecedor por vícios de qualquer natureza.Â

Não há como negar, as plataformas de redes sociais são responsáveis, em relação às suas ações ou omissões, por zelar pela segurança de seus serviços, incluindo o cumprimento de seus próprios termos de uso e moderação.Â

Sendo assim, a não realização dos deveres de cuidado e segurança por parte das plataformas traz riscos anormais e imprevisíveis para os usuários, especialmente crianças e adolescentes, que são mais vulneráveis a conteúdos nocivos e perigosos nas redes. É preciso, portanto, adotar medidas de cuidado razoáveis e proporcionais para prevenir a disseminação de conteúdos flagrantemente ilícitos, prejudiciais ou danosos.Â

Quem atua nessa área sabe o quanto tem sido difícil

Continuação: A necessária regulação das plataformas para coibir o ataque às escolas

obter informações sobre infratores ou remover conteúdos, tanto para as autoridades policiais quanto para os advogados, mesmo munidos de ordens judiciais.Â

Nesse sentido o Ministério da Justiça promulgou a Portaria 351/2023 que estabelece medidas para combater conteúdos ilícitos em redes sociais.Â

A mencionada portaria institui medidas administrativas a serem adotadas para prevenir a disseminação de conteúdos flagrantemente ilícitos, prejudiciais ou danosos em plataformas de redes sociais. A Secretaria Nacional do Consumidor será responsável por instaurar processo administrativo para apurar e responsabilizar as plataformas que descumpram o dever geral de segurança e cuidado em relação à propagação de conteúdos que incitam ataques a ambiente escolar ou façam apologia a crimes.Â

A SENACON poderá requisitar relatórios sobre as medidas tomadas pelas plataformas no sentido de monitorar, limitar e restringir tais conteúdos, além de orientá-las a avaliar e mitigar os riscos sistêmicos decorrentes de seus serviços.

Já a Secretaria Nacional de Segurança Pública coordenará a Operação Escola Segura para garantir a efetividade do compartilhamento de dados entre as plataformas e as autoridades competentes, visando o fornecimento identificação dos usuários responsáveis por conteúdos ilegais de forma rápida e prática.Â

A SENASP também instituirá um banco de dados de conteúdo ilegais para facilitar a identificação pelos sistemas automatizados e orientará as plataformas a usar como parâmetro a exclusão de conteúdos idênticos ou similares àqueles cuja remoção foi determinada na Operação.Â

Caso ocorram circunstâncias extraordinárias que ameacem a segurança pública, o Ministério da Justiça e Segurança Pública poderá acionar protocolos de crise a serem observados pelas plataformas, que deverão indicar um representante para comunicação direta com autoridades policiais e judiciárias.Â

O não cumprimento das obrigações previstas na portaria poderá levar a sanções no âmbito administrativo ou judicial que variam da remoção do site da plataforma até cumprimento da determinação, suspensão das atividades no Brasil e multa de até 12 milhões de reais.Â

Sem dúvida existe tecnologia para identificar e excluir conteúdos ilícitos, assim como acontece com violações de **direitos** autorais. Também é possível a identificação dos indivíduos por traz dos perfis que incitam a violência e a apologia aos crimes. Basta que as plataformas, agora sob pena de responsabilização pelo fornecimento de serviço nocivo aos seus usuários, se comprometam a coibir o uso de seus ambientes para a conexão de indivíduos que cultuam a violência e a apologia ao crime, bem como impedindo a circulação, indexação impulsionamento e sugestão de conteúdos inequivocamente ilícitos.Â

A situação é grave, precisa ser estancada e não há solução milagrosa, mas esse é um importante primeiro passo.Â

Vale mencionar também que o Governo criou canais de denúncia como por exemplo o MJ.GOV.BR/ESCOLASEGURA que podem ser utilizados quando identificamos comportamentos suspeitos.

Mauricio Felberg Advogado do escritório Felberg Advogados Associados. Felberg Advogados Associados

MIGALHAS nº 5.582

AMANHECIDAS

Sexta-Feira, 14 de abril de 2023 - Migalhas nº 5.582.

Fechamento às 09h40.

Registro

Migalhas anuncia que, a partir de hoje, conta com mais um Fomentador:

ABRACE - Associação Brasileira de Cartórios Extrajudiciais

()

"O poder de tributar é o elemento sobre todos substancial, a condição por excelência do poder de regular o comércio. Conforme o régimen de tributos adotado, se coarcta ou emancipa, se reduz ou aumenta, se anima ou abate, se restaura ou extingue, a atividade comercial entre duas ou mais regiões."

Rui Barbosa

Dias contados

O STF proibiu, a partir de 2024, a cobrança de ICMS na transferência de mercadorias, de um Estado para outro, entre estabelecimentos de um mesmo contribuinte. Por maioria, a Corte modulou os efeitos de uma decisão de 2021 que invalidou trechos da lei Kandir sobre a questão. ()

ICMS - Transferência de mercadorias

Para advogados especialistas no tema, a decisão do STF, narrada na nota anterior, foi acertada. Veja as análises. ()

Aborto

Mulher que foi denunciada por enfermeira e acusada de fazer um aborto em Criciúma/SC não conseguiu o

trancamento de ação penal. A decisão é da 2ª turma do STF, por 3 votos a 2, ao negar o recurso por questões processuais. ()

Intimidade devassada

Para o ministro Fachin, que ficou vencido no processo citado acima, a paciente teve sua intimidade devassada pela enfermeira que só tomou conhecimento do caso em razão do exercício da sua atividade profissional. "A ilicitude da prova, assim, é patente." ()

Dever de sigilo

O tema das notas anteriores também foi alvo de análise pelo STJ recentemente. Na ocasião, a 6ª turma trancou ação penal que apurava crime de aborto provocado pela própria gestante. O colegiado, por unanimidade, concluiu pela nulidade das provas do processo, uma vez que elas foram fornecidas pelo médico que atendeu a acusada, o qual é proibido de revelar segredo que tem conhecimento em razão de sua profissão. ()

Finança\$ no vermelho

Em março, os pedidos de recuperação judicial registraram alta de 6,8%, em comparação com o mesmo mês de 2022. Já os pedidos de falência saltaram de 69, em março de 2022, para 97 no mesmo mês de 2023, representando um crescimento de 40,6%. Os dados são do Indicador de Falências e Recuperação Judicial da Serasa Experian. Veja a íntegra do levantamento. ()

Pedido aceito

A 5ª vara Empresarial do Rio de Janeiro aceitou o pedido de recuperação judicial do Grupo Petrópolis.

Pauta do momento

É hora de proteger seu negócio. Dia 4/5, das 9 às 12h30, Migalhas realiza o seminário "Reforma da Lei de Falência e Recuperação - Visão dos devedores, administradores e investidores", com um grande time de especialistas. Inscreva-se. ()

Revisão da vida toda

Ontem, foi publicado o acórdão da decisão do STF sobre a revisão da vida toda. A partir de agora, os processos suspensos em todo o país devido à repercussão geral podem voltar a tramitar. O INSS, entretanto, recentemente pediu que a tramitação permaneça suspensa até o trânsito em julgado do processo. ()

Didi, Dedé, Moro, Zacarias, Mussum

Os jornais noticiaram ontem que surgiu uma decisão do TRF da 4ª região mantendo a prisão do ex-funcionário da Odebrecht, que fugiu do país durante a Lava Jato, Tacla Duran. Os informes contam que o prolator da decisão, que integra o Tribunal gaúcho, é pai de um jovem que trabalha no escritório de advocacia de Sergio Moro. Ou seja, esse pessoal não se emenda. É tanta trapalhada num caso só, de parte a parte, que vai ficar fácil ao STF romper sua jurisprudência e ficar com a competência.

Bah...

O site do TRF da 4ª região possui uma página de notícias. Ontem, noticiavam gostosamente a decisão acima. Hoje, deram um jeito de sumir com a reportagem. Dá-lhe.

Preventiva

Por não verificar ilegalidade flagrante na decisão que decretou a prisão preventiva, ministra Maria Thereza de Assis Moura, presidente do STJ, indeferiu o pedido de habeas corpus ajuizado em favor de Janeferson Aparecido Mariano Gomes, acusado de envolvimento em um plano para sequestrar o se-

nador Sergio Moro. ()

Assédio, não

A proposta que visa alterar o Estatuto da Advocacia e incluir o assédio moral e sexual no rol de infrações éticas com pena prevista de suspensão foi protocolada na Câmara dos Deputados. Sugerido pela Comissão Nacional da Mulher Advogada da OAB e apresentado pela deputada e advogada Laura Carneiro, o PL 1.852/23 inclui a discriminação na lista de condutas passíveis de punição. ()

Migalhas dos leitores - Maternidade e advocacia

"[Após negativa, advogada grávida tem audiência remarcada] Dever de humanidade deveria virar artigo no CPC. Nos pouparia de muita coisa." Alexandra Rodrigues Bonito

Lamentável

Ontem, repercutiram nas redes sociais imagens exclusivas do inquérito policial que trata do acidente aéreo e da morte da cantora Marília Mendonça, ocorrida em 5 de novembro de 2021. Vazaram, inclusive, fotos da artista durante autópsia no IML - semelhante ao que aconteceu ao também falecido cantor Cristiano Araújo. Diante do lamentável episódio, Migalhas ouviu criminalistas para entender se o vazamento pode ser enquadrado no crime de violação de sigilo funcional e vilipêndio de cadáver. Ouçamo-los. ()

Intervenção sindical

Exigência de intervenção sindical em demissões em massa vale a partir da publicação da ata da decisão do STF. A decisão foi tomada no julgamento de embargos de declaração, na sessão virtual encerrada em 12/4. ()

Povos Indígenas

O Partido Progressistas questionou no STF dispositivos da MP 1.154/23, que transferiu para o ministério dos Povos Indígenas a competência para o reconhecimento, a demarcação, a defesa, o usufruto exclusivo e a gestão das terras e dos territórios indígenas. Segundo a legenda, a medida privilegiou demasiadamente os índios em detrimento dos produtores rurais. ()

Semanário migalheiro

Confira as matérias mais lidas desta semana em Migalhas:

Estupro virtual de criança: Veja como promotor conseguiu a condenação. () Morador é condenado após constranger síndico por barulho de vizinho. () Banco Econômico - No TJ/BA, caso sopita há 27 anos. () TJ/SP: Dívida prescrita não pode ser cobrada em via administrativa. () Nepotismo cruzado: CNJ investigará magistrados com filha e esposa no gabinete. () STF julga percentual mínimo de servidores para cargos em comissão. ()

Colunas

Dinâmica Constitucional

A onda de violência praticada em creches e escolas pelo país, segundo o professor Marcelo Schenk Duke, deveria servir de alerta para repensarmos muitas coisas; a começar pelo respeito à Constituição. ()

Marizalhas

Realizado como "foca" de um jornal, o advogado Antônio Claudio Mariz de Oliveira conta como a sua experiência jornalística o fez observar a grande similitude dessa profissão com a advocacia. ()

Minuto da Sustentação

Para o advogado Eduardo Löwenhaupt da Cunha, o exercício adequado e correto da comunicação pode

abrir portas e mudar a história da sua vida. ()

Migalha Trabalhista

Com o fim do governo Bolsonaro e o início de mais um governo Lula, novas expectativas foram criadas em várias áreas da sociedade, dentre elas a trabalhista. Com isso, Lincoln Simões Fontenele questiona: o que esperar em termos de transformação da realidade jurídica do trabalhador brasileiro? E, mais que isso, o que esperar de quem a transformará? ()

Humanidades e Novas Tecnologias

Ao tratar do caso do ChatGPT, Paola Cantarini faz uma análise sobre compliance, inteligência artificial e frameworks de proteção a todos os direitos fundamentais. ()

Marketing Jurídico

Consultor Alexandre Motta, em vídeo, aborda um dos principais erros quando o escritório se considera "boutique". ()

Apoiadores

para conhecer os festejados Apoiadores de Migalhas

Migalhas de peso

- "Prestação de contas eleitorais e o duplo grau de jurisdição", por Bruno César de Caires e Vitor Marques (Caires, Marques e Mazzaro Advogados). ()

- "Colaboração premiada: 'cláusulas gravosas', unidade negocial e a boa-fé objetiva", por Marcelo Ribeiro de Oliveira (Lefosse Advogados). ()

- "Princípio da eficácia do registro público imobiliário", por Luiz Walter Coelho Filho (Menezes, Magalhães, Coelho e Zarif Sociedade de Advogados). ()

- "Como a assessoria jurídica ajuda sua startup", por Sérgio Luiz Beggiato Junior (Rücker Curi Advocacia e Consultoria Jurídica). ()

- "Diversidade e Empatia", por Roberto Parentoni (Roberto Parentoni e Advogados). ()

- "Há limites para a ampla defesa?", por Fernanda Luísa Gomes (Martorelli Advogados). ()

- "A recuperação judicial seria o melhor caminho para empresas em apuros?", por Pablo Costa (Rueda & Rueda Advogados). ()

- "A decisão absolutória em ação de improbidade administrativa e o trancamento da ação penal: uma análise da recente decisão do STJ no RHC 173.448-DF", por Ricardo Duarte Jr. (Duarte & Almeida Advogados). ()

- "A necessária regulação das plataformas para coibir os ataques às escolas", por Mauricio Felberg e Walter Calza Neto (Felberg Advogados Associados). ()

- "Escritório. Fusão sem confusão. É possível?", por Sebastião de Oliveira Campos Filho (Oliveira Campos Consultoria). ()

Apoiadores

para conhecer os festejados Apoiadores de Migalhas

Novo Fomentador

Migalhas vem contando com o apoio de institutos, editoras, faculdades, associações e empresas de eventos para trazer sempre vantagens aos leitores. São os Fomentadores do Direito brasileiro. Temos o privilégio de anunciar que Migalhas conta a partir de hoje com a participação de mais um Fomentador do Direito:

ABRACE - Associação Brasileira de Cartórios Ex-

trajudiciais

A ABRACE - Associação Brasileira de Cartórios Extrajudiciais é representante dos delegatários concursados da atividade extrajudicial, em especial dos titulares de serviços deficitários do país. Tem entre seus objetivos sociais velar pela estrita obediência aos preceitos constitucionais, e, consequentemente, valorizar e garantir condições adequadas ao profissional de direito notarial e de registro legalmente investido por concurso público. e conheça o novo Fomentador do Migalhas.

Nova direção

A APDT - Academia Paulista de Direito do Trabalho elegeu nova diretoria para a gestão 2023/25. Ana Amélia Mascarenhas Camargos é a presidente e Ricardo Ammirati Wasth Rodrigues é vice-presidente. Veja a composição completa, .

Direito Digital

O escritório PG Advogados anuncia Alexandra Krasins Lopes, ex-integrante da ANPD, como nova sócia da área de Direito Digital. ()

Baú migalheiro

Há 114 anos, em 14 de abril de 1909, o médico brasileiro Carlos Chagas descobriu a doença de Chagas, uma doença parasitária tropical, causada pelo Trypanosoma cruzi. Chagas a descobriu enquanto combatia a disseminação da malária no interior de Minas Gerais. (Compartilhe)

Novidades

A obra "Constituição e Direito Penal", da Thomson Reuters - Revista dos Tribunais, de Ingo Wolfgang Sarlet e Jayme Weingartner Neto, em sua 2ª edição, compartilha considerações e contribuições para o permanente e necessário tópico inquestionável sobre o Estado Democrático de Direito. () Editora Revista

dos Tribunais lança o livro "Famílias Multifacetadas", de Keila Vania do Carmo e Samantha Dufner. Henrique Mourão Advocacia divulgou "Newsletter | Abril 2023". ()

Migalhíssimas

Hoje, às 10h, a ESA da OAB/RJ, que tem como coordenadora acadêmica Thaís Marçal, do escritório Motta Fernandes Advogados, realiza debate sobre "Judicialização da Saúde" com o procurador da ANS, Daniel Tostes, promotor de Justiça, Bruno Cavaco, e com o presidente da Comissão de Estudos Constitucionais da OAB/SP, Fabio Santana. () Acontece hoje, às 10h30, o "VI Colóquio: Jornada Puquiana Quântica de Direito Econômico na PUC-SP", com palestra de Douglas Camarinha Gonzales, juiz Federal do TRF 3ª Região. O evento é organizado pelo GCapH da PUC-SP, que tem como líder o professor Ricardo Sayeg (HSLAW). () Di Blasi, Parente & Associados promove, mais uma vez no RJ, o "Pre-Annual Meeting Reception da **International** Trademark Association (INTA)", evento que acontece dia 17/4. Com o tema "A importância da **Propriedade** Intelectual para o sucesso das Fintechs e Startups", o encontro reunirá grandes profissionais para um bate-papo. Entre os palestrantes, Xavier Leclerc (sócio no Templo Ventures), Rafaela Guerrante (pesquisadora no **INPI**) e Mônica Leite (chief legal & compliance officer na Cora) irão contribuir com seus conhecimentos ao lado do moderador, Paulo Parente, sócio fundador do escritório. Dia 17/4, às 16h, Ana Tereza Basilio, vice-presidente da OAB/RJ e da banca Basilio Advogados, participa, na Casa de Prerrogativas Celso Fontenelle, no RJ, junto com o presidente da seccional, Luciano Bandeira, da abertura do evento "As novas leis referentes ao seguimento negro, valorizam seus direitos?". A ADFAS promove, até dia 26/4, o "5º Congresso Internacional: Família, Sucessões e Biodireito", em universidades de Portugal e da Espanha. Regina Beatriz Tavares da Silva, presidente da ADFAS e sócia fundadora do escritório Regina Beatriz Tavares da Silva Sociedade de Advogados, é

coordenadora geral do congresso. Informações, . Escritório L.O. Baptista Advogados realiza, dia 25/4, às 9h30, o evento híbrido "Lei 14.457/22: Como combater o assédio sexual e violência no trabalho?". () Acontece, de 21 a 24/5, em BH, o "32º Congresso Brasileiro de Engenharia Sanitária e Ambiental (CBESA)". Fabricio Soler (Felsberg Advogados) participa de painel dia 23, das 16h15 às 18h. ()

Corrida solidária

O 15º Ofício de Notas realizará neste domingo, 16, a "Corrida Solidária do 15º" que marcará a passagem dos seus 105 anos de atividades. A prova terá largada às 8h, em frente à Praça Cuauhtemoque, no Flamengo, RJ. A comemoração busca incentivar as pessoas a incluírem a prática de exercícios físicos no dia a dia, além de levantar a bandeira social. A cada participante, duas latas de leite serão arrecadadas para as instituições RioSolidario e Pró Criança Cardíaca.

Reunião

No dia 24/4, às 12h, no Hotel Intercontinental, em SP, será realizada a reunião almoço do IASP com o tema "Os dilemas do STF em 2023". O palestrante convidado será o ministro André Mendonça. ()

Advocacia empresarial trabalhista

AASP promove dia 4/5, às 19h, o curso "Teses de defesa na advocacia empresarial trabalhista", ministrado pelo advogado Leonel Maschietto. Inscreva-se! ()

Gestão financeira

O seu departamento financeiro é estratégico? A Radar - Gestão para Advogados possui especialistas experientes em gestão financeira de escritórios jurídicos, que podem lhe ajudar a melhorar a estruturação e análise financeira do seu escritório. ()

Migração de dados

Escritórios de advocacia buscam por softwares jurídicos mais robustos com segurança na migração de dados. A Preâmbulo Tech possui um software que realiza o serviço de forma segura e eficiente. ()

Integração

A desorganização e as falhas no gerenciamento de tempo são os principais motivos para a falta de produtividade na advocacia. Pensando nisso, o Sistema Lysis uniu o útil ao agradável e integrou sua agenda ao Google. ()

Aposentadoria

Átila Abella, advogado previdenciário e cofundador da lawtech Previdenciaria, traz cinco dicas para as pessoas que querem começar a planejar a aposentadoria. ()

Premiadas

Evento : A ganhadora do curso online "Cobrança judicial de despesas condominiais e temas polêmicos do condomínio edilício", promovido pela AASP, dias 17 e 18/4, é Marta Voltas Martinez Carrera. () As ganhadoras da obra "Desafio da Advocacia: Ôntico - Ontológico" (210p.), de Girlei Veloso Marinho, são: Camila Pereira Villarreal, do RJ; e Juliana Cristina Gazzotto, de Limeira/SP. ()

Bom fim de semana!

Fomentadores

para conhecer todos os Fomentadores do Migalhas

Mural Migalhas - Oportunidade de trabalho

Sempre que se busca uma cidade no site Migalhas, procurando-se um correspondente jurídico, e não se encontra, o sistema nos avisa e, aí, nasce uma oportunidade. Ei-la abaixo, atualizada diariamente: é o rol de cidades nas quais há emergente necessidade de um

profissional, mas não há, ainda, nenhum migalheiro cadastrado:

CE/Senador Pompeu

GO/Nova Iguaçu de Goiás

MG/Araçuaí

RN/Paraná

Se você quer se candidatar para eventualmente atender quem procura, .

Migalhas Clipping

The New York Times - EUA

"Airman Arrested By F.B.I. Over Leak Of Secrets On War"

The Washington Post - EUA

"Guard member arrested in breach"

Le Monde - França

"Retraites: une réforme au coût politique élevé"

Corriere Della Sera - Itália

"Pentagono, presa la 'talpa'"

Le Figaro - França

"La réforme entre les mains du Conseil constitutionnel"

Clarín - Argentina

"Irresponsable: Aníbal dice que las calles se llenarán de sangre si gana la oposición"

El País - Espanha

"La UE esgrime la amenaza de sanciones por el regadío en Doñana"

Público - Portugal

"Ministério da Saúde vai abrir mais de 900 vagas para médicos de família"

Die Welt - Alemanha

"Länder wollen Erhöhung des Rundfunkbeitrags verhindern"

The Guardian - Inglaterra

"Senior Tories turn against Braverman's 'racist rhetoric'"

O Estado de S. Paulo - São Paulo

"Lula se alinha à China e contesta hegemonia do dólar"

Folha de S.Paulo - São Paulo

"Procuradoria pede inelegibilidade de Bolsonaro ao TSE"

O Globo - Rio de Janeiro

"Bolsonaro mobilizou população contra as urnas e usou Estado em seu benefício, diz MP"

Estado de Minas Gerais - Minas Gerais

"Mais de 100 detidos por ameaças a escolas"

Correio Braziliense - Brasília

"DF reforça segurança em escolas públicas e privadas"

Zero Hora - Porto Alegre

"Na China, Lula questiona dólar como base no comércio exterior"

O Povo - Ceará

"O papel de cada instituição para controlar a crise"

Jornal do Commercio - Pernambuco

"Ameaça a escola enquadrada como terrorismo em Pernambuco"

Para especialistas, Convenção de Budapeste traz desafios para ordenamento jurídico brasileiro

A publicação da promulgação da Convenção de Budapeste, no Diário Oficial da União (DOU) nesta quinta-feira, 13, que trata da colaboração entre países para **combater** cibercrimes, exige do Brasil a superação de alguns desafios para implementá-la, assim como traz uma série de inovações legais que conflitam com o ordenamento jurídico brasileiro. Especialistas ouvidos pelo **TELETIME** apontam que um dos principais conflitos é a **responsabilização** penal de pessoas jurídicas (PJ).

Enrique Tello Hadad, sócio do Loeser e Hadad Advogados e especialista em proteção de dados, destaca que, conforme o previsto no dispositivo, os países signatários se comprometem a adotar medidas que prevejam que as pessoas jurídicas possam ser penalmente responsabilizadas por crimes cometidos por pessoas físicas em posição de direção para o benefício de PJs.

“Essa responsabilidade penal será aplicada em caso de falta de supervisão ou controle por uma pessoa natural que tenha possibilitado o crime por outra pessoa natural supervisionada, sem prejuízo da responsabilidade criminal, também, das pessoas naturais que tenham cometido o crime”, explica outra advogada, Micaela Ribeiro, do Medina Guimarães Advogados, sobre o artigo da Convenção.

Raphael de Matos Cardoso, especialista em proteção de dados do Marzagão Balaró Advogados, aponta que a **responsabilização** das plataformas digitais pode pegar carona neste tema. “Os tristes episódios recentes de ataques violentos nas escolas jogaram luzes para o assunto e estão dando ensejo a regras de exceção, como a criticável Portaria nº 351/2023 do Ministério da Justiça, publicada na última quinta-feira, 13, que dispõe sobre algumas matérias à margem da lei, uma vez que ato infralegal não

pode inovar a ordem jurídica, especialmente para impor sanções”, disse o advogado a este noticiário.

Cardoso também explica que a responsabilidade penal da pessoa jurídica, prevista no art. 12 da Convenção, implica em uma reflexão sobre o assunto, que apesar de não ser novidade, não avançou muito ainda no Brasil.

Para o advogado, momentos de exceção não podem dar ensejo à criação de regras com vigência na sociedade por muito tempo depois de superado o pânico. “O passado recente nos lembra de que a democracia é um prato a ser servido frio. Basta lembrarmos da promulgação da Lei nº 12.846/2013, aprovada no calor das manifestações de rua, que inseriu a inédita responsabilidade objetiva da pessoa jurídica no âmbito dos ilícitos nela previstos, e da operação lava-jato que a sucedeu e sacrificou diversas empresas, cujos processos ainda passam por revisão, muitos deles anulados, embora os efeitos já concretizados não possam ser recuperados”, ponderou Raphael Cardoso.

Ele também lembra que já temos aparato para responsabilização no ordenamento jurídico brasileiro, como o previsto no Código Civil, que dispõe sobre a obrigação de reparar o dano, independentemente de culpa, quando a atividade normalmente desenvolvida pelo autor do dano implicar, por sua natureza, risco para os direitos de terceiros.

No caso das plataformas digitais, as atividades delas se tornam perigosas na medida em que podem hospedar local para a prática ou estímulo do crime, de modo que elas já podem responder civilmente, bem como perante os órgãos de defesa do consumidor, falou Cardoso ao **TELETIME**.

Paulo Rená da Silva Santarém, doutorando em Di-

Continuação: Para especialistas, Convenção de Budapeste traz desafios para ordenamento jurídico brasileiro

reito, Estado e Constituição na Universidade de Brasília, e codiretor executivo do Aqualtune Lab, ONG integrante da Coalizão Direitos na Rede (CDR), faz uma relação direta entre a portaria publicada pelo Ministério da Justiça, que cria uma série de regras de moderação de conteúdo em plataformas digitais, e a promulgação da Convenção de Budapeste. “A portaria de ontem tem fundamento na Convenção para não exigir decisão judicial na investigação de crimes. Pelo artigo 15, que fala sobre Condição e Salvaguardas, o controle judicial, a fundamentação de aplicação, a limitação do alcance e da duração das medidas processuais não são previstos como regra, mas apenas como medidas excepcionais, a serem incluídas como condições quando for apropriado, tendo em conta a natureza do poder ou do procedimento”, destaca Rená.

Os pontos positivos

Patricia Peck, advogada especializada em Inovação e em Direito Digital, diz que o texto, por outro lado traz uma série de benefícios, como a uniformização de conceitos, o atendimento às convenções de direitos humanos e de direito de crianças e adolescentes. “A Convenção de Budapeste permite que os países **ajam** de maneira rápida para solucionar crimes cibernéticos. Ela também lista crimes que tem que ser adotados da mesma maneira nas jurisdições internacionais, como formas de gerar unidade no tratamento deles. Isso envolve crimes de vio-

lações de direitos de autor, crimes de confidencialidade etc.”

Peck, que também é CEO do escritório Peck Advogados e Conselheira Titular do Conselho Nacional de Proteção de Dados (CNPd), diz que o Brasil atualizou sua legislação para o tema central da Convenção, criando legislações como a “Carolina Dickman”, as penas para crimes de **direitos** autorais e para a pornografia infantil. “Nós já temos alguns temas que a Convenção traz. Mas, por outro lado, há questões que precisam de mudanças na lei penal brasileira. Uma delas é a responsabilização penal de pessoas jurídicas. Este é um dos pontos mais desafiadores para o nosso ordenamento jurídico”, diz a advogada.

Para Bruno Guerra de Azevedo, sócio na área de LGPD e Direito Digital do SGMP Advogados, a promulgação da Convenção de Crime Cibernético é de suma importância para aumentar a agilidade e efetividade dos procedimentos de investigação dos delitos cibernéticos, principalmente pelo fato de facilitar a troca de informações entre os signatários. Além disso, Guerra destaca que a Convenção atualiza os ordenamentos jurídicos dos signatários para prever situações típicas da sociedade interconectada, servindo como instrumento de combate aos novos tipos de criminosos.

Índice remissivo de assuntos

Direitos Autorais

4, 7, 10, 12, 18, 23, 26, 35

Propriedade Intelectual

10, 13, 22, 28

Marco regulatório | INPI

13, 20, 21, 28

Patentes

13, 16

Entidades

28